

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XVI

HOMENAGEM AO DOUTOR TORQUATO DE SOUSA SOARES

I



COIMBRA/1976

PROF. DOUTOR TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES

I — NOTAS BIOGRÁFICAS

Nascido no Porto, a 7 de Março de 1903, o Prof. Torquato Brochado de Sousa Soares fez o curso liceal nesta cidade (1920), em cuja Faculdade de Letras se licenciou (1924) em Ciências Históricas e Geográficas, com a classificação final de 19 valores. Foi assistente e professor auxiliar desta Faculdade de 1927 a 1930.

Pretendendo estudar, de modo especial, as origens e o desenvolvimento das Instituições municipais da Idade Média peninsular, dedicou-se a trabalhos de investigação principalmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Distrital de Braga e no Arquivo Municipal do Porto.

Como bolseiro da Junta de Educação Nacional, principiou em Abril de 1934 a trabalhar no «Instituto de Estudios Medievales» de Madrid, dirigido então pelo Prof. Cláudio Sánchez-Albomoz. Graças à apresentação feita pelo Prof. Paulo Merêa, o Prof. Sánchez-Albomoz deu todas as facilidades de investigação ao Prof. Torquato de Sousa Soares, a quem ficou ligado por laços da maior amizade e admiração. Na capital espanhola, trabalhou também na Biblioteca Nacional e na da Real Academia da História, no Arquivo Histórico Nacional e em arquivos particulares.

Em Julho de 1935, doutorou-se em Ciências Históricas na Faculdade de Letras de Coimbra, tendo apresentado uma dissertação com o título de *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*. Foi aprovado por unanimidade.

De 1935 a 1937, continuou as investigações e estudo em diversos arquivos da Galiza, em Madrid e em Bruxelas. Ao regressar a Portugal, foi contratado pela Faculdade de Letras de Coimbra com a categoria de Professor auxiliar (depois professor extraordinário), começando a exercer as funções docentes em Dezembro de 1937.

VI

Além das cadeiras de História Medieval e de Paleografia e Diplomática, que regeu continuamente, foi encarregado de reger também, por períodos mais ou menos longos, as cadeiras de História de Portugal, História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa, História Geral da Civilização, História da Civilização Romana, Arqueologia e Epigrafia, e, no Curso de Bibliotecário-Arquivista da mesma Faculdade, as de Aperfeiçoamento de Paleografia, Biblioteconomia e de Arquivologia.

Incumbido de organizar o Instituto de Estudos Históricos, fundado pelo Prof. António de Vasconcelos e dirigido então pelo Prof. Damião Peres, o Prof. Torquato de Sousa Soares, utilizando subsídios do Instituto de Alta Cultura e do Fundo «Sá Pinto» da Universidade de Coimbra, empreendeu a formação de um arquivo de reproduções de documentos, sobretudo medievais, em microfilme e em fotografia. Com este fim, fotografou ele próprio dezenas de milhares de espécies em arquivos portugueses — Torre do Tombo, Distrital de Braga (onde tomámos conhecimento com o que, anos depois, viria a ser nosso ilustre Mestre e dedicado Amigo), Distrital do Porto, Arquivo Municipal e Sociedade Martins Sarmiento de Guimarães — em quase todos os arquivos espanhóis da Galiza, no da Coroa de Aragão (em Barcelona) e no Arquivo Geral de Simancas.

Com estas reproduções e com as que depois se foram tirando em arquivos portugueses, na Biblioteca Nacional de Paris, no Public Record Office de Londres, no Arquivo do Vaticano e em outros, constituiu-se um riquíssimo arquivo de documentação medieval (hoje no Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra), que tem prestado relevantes serviços a muitos docentes, investigadores e alunos, alguns dos quais estrangeiros.

Deve-se também ao Prof. Torquato de Sousa Soares a organização da primitiva biblioteca do Instituto de Estudos Históricos e o seu progressivo enriquecimento, graças a subsídios do Instituto de Alta Cultura e, sobretudo, a ter conseguido que a preciosa biblioteca do historiador Henrique da Gama Barros, constituída por cerca de 4.000 vols., fosse oferecida ao Instituto por seu filho, o Dr. Henrique da Fonseca Barros i. Foi ainda devido aos seus esforços que se inte-¹

¹ Sobre esta biblioteca vid. *Biblos*, vol. XXIII (1947), pp. 211-216, e *Revista Portuguesa de História*, tomo III (1947), pp. 676-678.

grou no mesmo Instituto a biblioteca do Prof. Cónego Pierre David, ilustre medievalista francês, que, durante cerca de 14 anos, leccionou na Faculdade de Letras de Coimbra, graças à amizade e dedicação que sempre lhe votou o Prof. Torquato de Sousa Soares ².

Em 1940, com o apoio dos Profs. Paulo Merêa e Damião Peres, fundou a *Revista Portuguesa de História*, da qual, além de secretário e depois director, foi o principal colaborador durante muitos anos, conseguindo dar-lhe um alto nível científico, que lhe grangeou merecido prestígio nos meios cultos nacionais e estrangeiros, logo desde o primeiro volume ³.

Como suplementos da *Revista*, têm sido editados diversos trabalhos de investigadores do Instituto ou relacionados com as suas actividades.

De 1939 a 1942, foi secretário dos Cursos de Férias da Faculdade de Letras de Coimbra, em que regeu o curso de História de Portugal e fez séries de conferências e de lições sobre temas históricos. Para estes mesmos Cursos, organizou e publicou, de colaboração com os Profs. Amorim Girão e Virgílio Correia, duas monografias: *Coimbra e arredores* (1939) e *Excursões no Centro de Portugal* (1939).

Por iniciativa do mesmo Professor, vieram fazer conferências e cursos de História económica, na Faculdade de Letras de Coimbra, dois eminentes especialistas estrangeiros: os Profs. Charles Verlinden, da Universidade de Gand (em 1946 e em 1947), e Yves Renouard, da Universidade de Bordéus (em 1949 e em 1950).

Em 1938, foi nomeado sócio correspondente da Academia Portuguesa da História, sendo eleito, em 1946, académico de número.

² «Je renonce à dire, avec la discrétion qui conviendrait à cette ambiance, le charme des rencontres quotidiennes avec les vétérans et les jeunes travailleurs, avec le secrétaire de *Y Instituto*, véritable cheville ouvrière de l'oeuvre, dont l'enthousiasme infatigable et la transparente sincérité donnent au travail en commun le caractère d'une sûre amitié: j'ai nommé le professeur Torquato de Sousa Soares» (Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VP au XII^e siècle*, p. XIV).

³ O eminente medievalista Prof. Cláudio Sánchez-Albornoz fez a seguinte apreciação da revista: «La *Revista Portuguesa de História* alcanza ya en su primer número un alto nivel científico y un gran interés para los estudiosos de la historia española (...). La historia peninsular está de enhorabuena con la aparición de la *Revista Portuguesa de História*, que, de un brinco inicial, se ha colocado a la altura de las viejas publicaciones periódicas especializadas de Europa» (*Cuadernos de Historia de España*, I y II, pp. 394-397).

VIIH

Tem dado à Academia assídua e importante colaboração, desde a prestada ao eminente diplomata Doutor Rui de Azevedo na publicação dos *Documentos Medievais Portugueses* ⁴ a numerosas intervenções e comunicações.

Foi também eleito sócio de outras instituições culturais portuguesas, espanholas, brasileiras e da Argentina.

A convite do «Consejo Superior de Investigaciones Científicas», de Madrid, e de outras instituições espanholas, fez lições e conferências nas reuniões da «Escuela de Estudios Medievales» em Pamplona (1944) e em Jaca (1947); no Curso de Verão da Universidade de Compostela (1948) e na Semana Portuguesa promovida pela mesma Universidade (1949), etc. Em 1960, fez uma viagem de estudo a Espanha e deu lições sobre a História Medieval Portuguesa nas Faculdades de Letras de Barcelona, Madrid, Saragoça e Valência, a convite dos respectivos Directores, e também na Semana Henriquina promovida pela Universidade de Verão de La Rabida.

Fez ainda várias conferências e séries de lições no Centro de Estudos Humanísticos, anexo à Universidade do Porto, e no Gabinete de História desta cidade; na Sociedade de Geografia de Lisboa, na Sociedade Martins Sarmiento de Guimarães, na Juventude Universitária Católica do Porto, e em outras instituições culturais e religiosas.

Foi secretário do Congresso de História Medieval (2.º Congresso do Mundo Português, realizado em 1940), a que apresentou uma comunicação sobre *O repovoamento do Norte de Portugal no séc. IX*. Fez também comunicações aos seguintes congressos promovidos pela Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências: Saragoça (1940), Porto (1942), Córdova (1944), S. Sebastião (1947), Lisboa (1950), Coimbra (1956) e Sevilha (1960).

Colaborou de igual modo na sessão de homenagem ao Prof. Cónego Pierre David (Braga, 1948), no XVIº Congrès International d'histoire de l'Art (Lisboa, 1949), no IV Congresso de História Nacional (Rio de Janeiro, 1949), no IXº Congrès Intematicnal des Sciences Historiques (Paris, 1950), tendo sido delegado de Portugal no Xº Congrès (Roma, 1955). Interveio também activamente no Congresso Internacional de S. Martinho de Dume (Braga, 1950), no I Congresso Nacional de Filosofia (Braga, 1955), no Congresso Histórico de Portugal ⁴

⁴ *Documentos Particulares*, III, pp. X-XI, e *Documentos Régios*, I, p. XI.

Medievo (Braga, 1959); no Congresso das Comunidades, em Moçambique, em representação da Universidade de Luanda; ãas 1.^{as} Jomadas Luso-Espanholas de História Medieval sobre a pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica, durante a Idade Média (Lisboa, 1972); no I Colóquio de História de Lamego, nos centenários da Diocese (Lamego, 1976); em sessões comemorativas de importantes acontecimentos ou de figuras históricas, etc.

Em 1953, por proposta do Prof. Damião Peres, o Conselho da Faculdade de Letras de Coimbra nomeou-o Director do Instituto de Estudos Históricos, de que já era Secretário.

Contratado, em 1957, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo para reger um curso de História da Civilização Ibérica, inaugurou-o com uma lição intitulada *Linha de rumo da História de Portugal*, que, acrescida de notas, veio a publicar na *Revista de História* da mesma Faculdade.

Durante os dois anos em que regeu este curso, regeu também outros de Paleografia e cursilhos de História de Portugal (um deles de extensão universitária) e proferiu lições e conferências sob temas históricos em diversas Faculdades e Instituições Culturais de S. Paulo, Santa Catarina, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Santos e Buenos Aires.

Tendo regressado a Portugal em 1959, retomou a docência e, em 1962, prestou provas para habilitação ao título de Professor Agregado, tendo apresentado uma dissertação intitulada *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*. No mesmo ano, foi aprovado em concurso para Catedrático, tendo feito e defendido uma lição sobre os *Antecedentes da Crise de 1580*.

Nomeado professor dos Estudos Gerais de Angola, em 1965, regeu, na Delegação de Sá da Bandeira, as cadeiras de História da Idade Média e de História de Portugal (1.º ano), passando, desde 1968, a exercer as funções de Delegado do Reitor.

Criou a biblioteca desta Delegação, que deixou com mais de 12.000 volumes, inventariados e catalogados, e fundou a revista universitária *Estudos de Humanidades*, de que saíram dois volumes com vários artigos da sua autoria.

De regresso a Coimbra, retomou as funções de professor da Faculdade, tendo sido nomeado, algum tempo depois, Director do Arquivo da Universidade (1970). Promoveu a organização e catalogação da Biblioteca do Arquivo e fundou o *Boletim do Arquivo da Universidade*

de Coimbra, cujo vol. I saiu em 1973, na altura da sua jubilação, trazendo um breve mas útil *Guia* da principal documentação ali guardada, em que colaboraram os arquivistas da casa.

Durante os anos que estive ao serviço da Faculdade, o Prof. Torquato Soares procurou sempre prestigiá-la e deu-lhe a mais franca colaboração em diversos domínios, inclusive em fazer os elogios nos doutoramentos solenes dos Doutores Albin Eduard Beau, Paulo Quintela, Cardeal Eugénio Tisserant, D. Maria Helena Monteiro da Rocha Pereira, Richard Pattee e Gilberto Freyre e em representar, durante anos, no Senado da Universidade, os seus Professores Extraordinários e, depois, os Catedráticos.

Para com os colegas e alunos usou sempre de franqueza e de lealdade, ficando alguns alunos a dever à sua insistência e ajuda a entrada para o corpo docente da mesma Faculdade. Esta tem para com ele uma grande dívida de gratidão, porque foi graças ao seu espírito de iniciativa, ao seu beneditino trabalho e à sua tenaz insistência (às vezes, quase impertinência) junto das Autoridades que se tomou possível criar e fazer progredir a notável biblioteca do Instituto de Estudos Históricos, o riquíssimo arquivo de microfilmes e fotografias de documentos medievais e a *Revista Portuguesa de História*, para não falar noutras iniciativas suas de interesse para a Faculdade.

II — NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Como consequência lógica das actividades que acabámos de referir, o Prof. Torquato de Sousa Soares foi publicando, no decorrer dos últimos 46 anos (1931-1976), cerca de duzentos trabalhos, adiante mencionados⁵, sem contar a sua colaboração na imprensa.

Na impossibilidade de apreciar obra tão vasta e complexa, diremos apenas algumas palavras sobre o que nos parece mais representativo dentro dos três campos em que se podem agrupar os seus principais trabalhos de historiador:

1) *Paleografia e Diplomática*

Dentro deste campo, em que, além do estudo e (ou) da edição crítica de documentos e de textos, se podem incluir as edições de vulga-

5 Bibliografia pp. XXIII-XXXVI.

rização de crônicas, teve grande repercussão o artigo *Um testemunho sobre a presúria do Bispo Odoário de Lugo no território Bracarense*, em que fez o estudo e a transcrição diplomática do original de uma carta de agnição de 30 de Agosto de 1025, que descobriu no Arquivo Distrital de Braga⁶.

Este documento, em que diversos moradores de Braga reconheceram a sua condição de servos da igreja desta cidade por descenderem dos colonos ali fixados pelo bispo Odoário (f31-X-786), é de capital importância, por vir demonstrar que no território Bracarense houve um repovoamento cerca de um século anterior ao de Afonso III ⁷. Pode levar a admitir até a possibilidade de naquela região ter havido núcleos de povoadores mais antigos que o de Odoário, segundo opinião do referido professor: «Realmente, se este núcleo (*o de Odoário*) se pôde manter, apesar do abandono a que a região foi votada durante mais de um século, porque se não teriam também mantido outros núcleos aí fixados desde tempos mais remotos?» ⁸.

Em *Documento de fundação do Mosteiro de Montederramo*, depois de estudar sob o ponto de vista paleográfico e diplomático o documento de 21 de Agosto de 1124, em que D. Teresa declara: «...*comitis Enrici condam uxor, nunc vero comitis Fernandi conjux*», provou que se tratava de um documento inteiramente falso⁹ e não apenas viciado, como supôs Herculano ^{10 11}, e muito menos autêntico, como defendeu L. Gonzaga de Azevedo ⁿ.

Rui de Azevedo corroborou esta conclusão: «O Prof. Torquato Soares analisou de novo o doc., apresentou provas irrefragáveis de que se trata de uma falsificação» ^{12 13}.

Em *Um falso documento pontifício de Coimbra* ¹³ e em *Observação*

⁶ «Rev. Port. Hist.», I, 1941, pp. 151-160.

⁷ P. A. de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, I, 1959, pp. 9, 13/4, 21 e 152-156.

⁸ *O repovoamento do Norte de Portugal no séc. IX*, em «Biblos», XVIII, 1942, p. 192, nota 3.

⁹ «Rev. Port. Hist.», I, pp. 172-175.

¹⁰ *Hist. de Portugal*, Liv. I, nota XIV.

¹¹ *Hist. de Portugal*, III, pp. 244-250.

¹² *Documentos Medievais Portugueses — Documentos Régios*, I, n.º 68, e pp. 84 e 588/9.

¹³ Nota da Redacção ao artigo que, sob o título referido, escreveu Cari Erdmann em «Rev. Port. Hist.», II, pp. 293-304.

XII

paleográfica ao diploma de 1086 ¹⁴, mostra que o exame destes dois documentos vem dar razão, respectivamente, a Cari Erdmann, ao classificar de falsa a bula de Lúcio II, e a Pierre David, ao demonstrar que o diploma erroneamente classificado de autógrafo de 1086 é um apócrifo escrito algumas dezenas de anos mais tarde ¹⁵.

As três obras seguintes *Alguns diplomas de D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques* (1940), *Alguns diplomas particulares dos séculos XI-XIII* (1942) e *Álbum de documentos* (1942; 2.^a ed., 1957, e 3.^a, 1961) podem considerar-se interdependentes e, portanto, complementares, por terem sido editados com fins primariamente didácticos para fornecer material de estudo aos alunos de Paleografia e Diplomática.

O *Álbum* — primeira tentativa do género em Portugal — com os seus 108 fac-símiles de documentos dos séculos xi a xvi, tinha a vantagem de fornecer aos alunos exemplos das diversas escritas usadas entre nós nas fontes diplomáticas desde a visigótica (cursiva e redonda) até à humanística e à encadeada. Não era menor a sua importância sob o ponto de vista diplomático, por apresentar várias categorias de actos públicos e privados, em latim e em português, com os seus formulários característicos; diversas formas de transmissão (originais únicos e múltiplos, cartas partidas, confirmações, cópias, etc.) e de validação por subscrições, sinais rodados ou notariais, selos, etc.; datados uns pela Era hispânica e os restantes pela Era cristã.

A crítica nacional e estrangeira acolheu bem a obra: «EI *Álbum* del profesor T. de S. S. es no solo muy útil para esta enseñanza en Portugal sino también recomendable para la misma en España» ¹⁶. Notou, porém, como principais deficiências, a falta de Introdução, de transcrições e de notas: «...lo que más pudiera echarse en falta en esta selecta colección es la ausencia de todo texto doctrinal, introductorio, transcriptivo y notacional...» ¹⁷.

Estas deficiências atenuam-se, até certo ponto, com a publicação dos dois outros referidos trabalhos, que fornecem aos alunos modelos de transcrição, de redacção de sumários, de conversão de datas e da

¹⁴ «Rev. Port. Hist.», III, pp. 40-42.

¹⁵ *Regula Sancti Augustini*, em «Rev. Port. Hist.», III, pp. 27-39.

¹⁶ Prof. F. Mateo y Llopis em «Analecta Sacra Tarraconensia», XVII, 1944, pp. 402/3.

¹⁷ Prof. Tomás Marín, em «Hispania Sacra», XI, 1958, pp. 250/1.

organização de índices antroponímico, toponímico e ideográfico bem como de glossário: «En suma una muy útil colección para fines docentes, muy bien lograda», assim classificou *Alguns diplomas particulares* o Prof. F. Mateo y Llopis ¹⁸.

Com a edição crítica do Livro das Calendas da Sé de Coimbra — *Liber anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis* (2 tomos, Coimbra, 1947 e 1948) — feita de colaboração com o Prof. Cónego Pierre David, prestou importante serviço à Cultura portuguesa. Trata-se, com efeito, de um texto formado por duas partes bem distintas para cada dia: 1) As ementas do martirológico segundo a redacção do hagiógrafo Adão, feita entre os anos 850 e 860, mas acrescentando-lhe alguns dados referentes a festas posteriores e a santos peninsulares; 2) O obituário, ou seja a enumeração das pessoas que o Cabido de Coimbra tinha de sufragar dia a dia, por terem sido benfeitoras da Sé.

É esta a parte mais importante do texto, porque, além de indicar o nome e a data do falecimento dos benfeitores, como fazem, em geral, os obituários das outras instituições, acrescenta verbas testamentárias e pormenores sobre as festividades litúrgicas e a vida da corporação capitular. Toma-se, assim, um rico repositório de dados de enorme importância para a Liturgia e para a História da Cultura, das Instituições, da Economia, da Sociedade, etc.

A edição crítica baseou-se em dois textos: *A*), o original, e *B*), um traslado do tempo de D. João III, que se utilizou para completar o original, que está, infelizmente, mutilado, com falta de várias folhas.

Os editores tiveram o cuidado de indicar as partes tiradas de *B*), mas na transcrição do texto de *A*), que é a maior parte, não distinguiram o que está escrito na letra original do que foi posteriormente acrescentado. Os utentes da edição ficaram assim privados de um importante elemento de crítica histórica.

A) não está datado, sendo provável que a data se encontrasse no princípio do códice, hoje perdido. Os editores não tentaram fixar-lhe a data crítica, assunto que devia ser tratado no tomo III, que não chegou a publicar-se.

Da análise das ementas de *A*) pode determinar-se, com relativa segurança, a data crítica em que foi redigido. Das ementas escritas

¹⁸ *Ob. cit.*, pp. 403-404.

na letra original a que nos permite fixar a data crítica com maior aproximação parece-nos ser a seguinte:

«*IL^o Nonas Aprilis (...) Era M.^a CCC.^a LX*. Hac die, dum vixerit illustrissimus princeps domnus Dionisius Portugalie et Algarbii rex, fiet anniversarium pro anima reverendi patris domni Geraldi, olim Elboremis episcopi. Post mortem vero domini regis, fiat anniversarium pro ipso in die obitus sui*» (tomo I, p. 182).

Quer dizer, o Cabido de Coimbra, no ano de 1322, comprometeu-se a fazer, a 4 de Abril, um aniversário pelo bispo de Évora, D. Geraldo (falecido no ano anterior), enquanto vivesse D. Dinis. Após a morte deste monarca, o aniversário passava a ser por sua alma e no dia do seu falecimento. Como D. Dinis faleceu a 7 de Janeiro de 1325, o livro das Calendas deve ter sido escrito entre esta data e 4 de Abril de 1322, mas utilizando, evidentemente, livros anteriores, porque as ementas mais antigas remontam aos fins do séc. xi.

Os editores propunham-se publicar um terceiro tomo, projecto que não chegou a efectivar-se e foi pena, porque faria desta obra uma fonte histórica de excepcional importância, atendendo ao plano anunciado ¹⁹

Embora se não enquadre rigorosamente dentro da rubrica em análise, vamos referir-nos à 2.^a edição da *História da Administração Pública em Portugal nos sécs. XII a XV*, de H. de Gama Barros, que o livreiro-editor Augusto Sá da Costa confiou ao Prof. Torquato de Sousa Soares, por sugestão do Prof. Paulo Merêa.

Respeitando escrupulosamente o texto e a ortografia do Autor nos 4 volumes publicados e num inédito, e pondo em nota as correcções e aditamentos escritos por ele próprio no exemplar do seu uso, procurou valorizar, ao máximo, a nova edição. Para o conseguir, juntou uma longa Introdução sobre a vida e a obra do Autor; verificou todas as citações, pondo em nota, quando necessário, o texto exacto segundo os originais ou as edições mais recentes; actualizou e completou a bibliografia citada, indicando novas edições e trabalhos aparecidos depois da 1.^a edição; para apresentar «o estado actual de

¹⁹ «No tomo III, que se publicará a seguir, sairão: os documentos que, em diferentes épocas, foram acrescentados ao manuscrito, mas que não fazem parte do obituário; o estudo da obra sob os aspectos litúrgico, paleográfico-diplomático, histórico e coro-topográfico; os índices cronológico, antroponomástico, toponomástico e ideográfico» (Em nota anexa ao tomo II).

alguns problemas versados por Gama Barros», juntou-lhe 605 «observações», muitas delas pequenas memórias de incontestável mérito.

Todos estes acréscimos e esclarecimentos, que foram colocados entre colchetes para os distinguir daquilo que pertence ao Autor, exigiram do Prof. Torquato de Sousa Soares um extenuante e paciente trabalho durante dez anos. Graças, porém, aos seus esforços e vasta erudição, os estudiosos e investigadores da História e do Direito têm ao seu dispor uma nova edição em 11 volumes e perfeitamente actualizada.

2) *Origem e evolução das Instituições Municipais*

Como acima dissemos, foi para este campo que, de início, orientou as suas investigações e a estes problemas consagrou o seu primeiro livro — *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas* (Lisboa, 1931) e a dissertação de doutoramento — *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média* (Barcelos, 1935).

Especialistas como os Profs. Paulo Merêa, L. Garcia Valdeavellano e Charles Verlinden apreciaram muito elogiosamente estes trabalhos, discordando, todavia, de algumas afirmações sobretudo do primeiro, nomeadamente da tese da origem romana dos concelhos urbanos e do estabelecimento de um tipo especial de concelhos que denominou «distritais», quando não passam de concelhos urbanos, embora de maior extensão.

Estes e outros reparos e deficiências foram tomados em conta em trabalhos posteriores sobre os mesmos problemas: *Política administrativa— As cartas de foral. Constituição dos concelhos rurais e urbanos* (1937); *Henri Pirenne e o problema da origem das instituições municipais da Reconquista* (1939), *Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista* (1941-1943), *A organização municipal do Porto no tempo do Infante D. Henrique* (1960), *O foral concedido a Coimbra, Santarém e Lisboa em 1179* (1960), *A Organização Municipal do Porto dos sécs. XII a XIV* (1962).

O penúltimo destes trabalhos, em que defendeu a prioridade do foral de Coimbra sobre os de Santarém e Lisboa, deu azo a que o Doutor Rui de Azevedo publicasse sobre a questão um notabilíssimo estudo de crítica diplomática — *Um problema histórico ainda mal*

*esclarecido por insuficiência de estudo diplomático*²⁰, facto com que o Prof. Torquato de Sousa Soares se regozijou por ter contribuído, assim, para se «fazer a apreciação crítica mais rigorosa e completa que jamais incidiu sobre esses diplomas, tão importantes para a melhor compreensão do momento histórico em que se inserem»²¹.

Basta o simples enunciado dos títulos acima referidos para se concluir que os problemas da origem e da evolução das instituições municipais, sobretudo das do Porto, têm sido, desde a primeira hora, um dos principais temas das suas investigações e estudo.

O seu pensamento sobre a matéria está, em certo modo, condensado no artigo *Concelhos*^{22 23}, em que faz a classificação geral dos concelhos medievais portugueses — rurais e urbanos — agrupando-os conforme o foral que lhes serviu de modelo (Coimbra, 1111; Coimbra-Santarém-Lisboa, 1179; Salamanca, Ávila, Guarda, ou de tipo indeterminado) e estudando-lhes a estrutura, as magistraturas e projecção na vida administrativa e social até à sua reforma pelo Poder Central.

3) *Origem e formação de Portugal*

É de 1937 o primeiro trabalho em que começou a esboçar esta problemática: *Política internacional—Constituição do Condado e do Reino de Portugal e suas relações diplomáticas com a Cúria Romana e com Castela*^{2*}.

Da Bibliografia adiante citada constam umas duas dezenas de trabalhos posteriores, em que, com mais ou menos desenvolvimento e sob aspectos e títulos diferentes, procurou aprofundar e esclarecer as origens do Povo Português e de Portugal e a constituição deste em Estado independente, debatendo diversos problemas, alguns deles ainda hoje controversos: o ermamento e posterior repovoamento do Norte de Portugal; *A Formação do espírito nacional português*, que já começa a vislumbrar-se no séc. x; natureza jurídica da concessão do Condado Portugalense ao conde D. Henrique; carácter, limites e governo deste Condado ; *Significado político do Tratado de Tui de 1137*; política de D. Afonso Henriques, etc.

²⁰ Em «Dois Centenários», Lisboa, 1962.

²¹ *Rui de Azevedo, Diplomata e Historiador*, Lisboa, 1976, p. 254.

²² Em *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão.

²³ Em *História da expansão portuguesa no mundo*, I, Lisboa, 1937, pp. 65-77.

Referir-nos-emos apenas a um pequeno número destes trabalhos: *O repovoamento do Norte de Portugal no séc. IX* (1940 e 1942), em que, admitindo a tese do deserto estratégico de Herculano, sugeriu que o repovoamento teria sido feito não com gentes vindas da Galiza, como se dizia, mas com colonos da Beira, em consequência de a reconquista de Coimbra cerca de um ano antes da de *Portugale* ter provocado «um movimento migratório» daquela para este.

Em *Vimara Peres restaurador da cidade de Por tugal e fundador da Terra Portuguesa* (1952) e em *A presúria de Portugale (Porto) em 868. Seu significado nacional* (1967) volta ao mesmo problema, mas para mostrar que a principal acção repovoadora partiu do Porto, estendendo-se a presúria daqui a todo o território, o que explica que o nome *Portugale*, em vez de indicar o Porto e seu alfoz, passasse a ser tomado, desde o séc. x, em sentido lato, em oposição à Galiza.

Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal, dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra para se habilitar ao título de Professor Agregado, é um dos seus mais notáveis trabalhos, fruto de longa e paciente investigação e revelador de grande erudição e penetrante crítica.

Deu-lhe motivo a necessidade de demonstrar que não tem fundamento a tese que considera a constituição de Portugal como Estado independente «mero produto de um acto político levado a efeito pelo rei de Leão e Castela, por motivos de ordem puramente externa, um simples *acaso histórico*» (p. 17). Defende esta tese o Prof. Cláudio Sánchez-Albomoz, para quem os trabalhos dos modernos historiadores portugueses sobre as origens de Portugal para explicar e fundamentar a sua autonomia política e a formação do seu território, não passam de uma «eruptiva eclosión del nacionalismo de nuestros días», porque «se han dejado ganar por el sarampión del nacionalismo»²⁴.

Para estudar exhaustivamente esta problemática, o Prof. Torquato de Sousa Soares estabeleceu um vasto plano com três partes, que iriam

²⁴ *España— Un enigma histórico*, II, Buenos Aires, s.d. (1957), pp. 418-419.

O referido Autor voltou a insistir nas mesmas acusações: «El patriotismo puede a veces más que la más rigurosa crítica y a veces induce a error a los más escrupulosos historiadores. (...) Pese a todas las tergiversaciones a que han llegado los autores discutidos, por torpe patriotismo o por idolatría hacia un país por tantas razones seductor como Portugal» (*Despoblación y repoblación del valle del Duevo*, Buenos Aires, 1966, pp. 226 e 229).

XVIII

desde uma época anterior à constituição da Lusitânia até ao Tratado de Alcañices em 1297.

O volume em apreço é o primeiro desse plano e limita-se ao problema das origens, estudadas em três «reflexões»: I — Lusitânia pre-romana; II—Os Conventos jurídicos Bracarense, Escalabitano e Pacense; III — O território ocupado pelos Suevos no Ocidente da Hispânia e a sua organização eclesiástica nos sécs. vi e vii, em que os referidos temas são pormenorizada e proficientemente analisados.

Entre outros muitos factos estudados há dois dignos de particular ponderação: *a)* O território do sínodo bracarense, abrangendo, desde 572, as dioceses de Braga, Meinedo (Porto), Coimbra, Lamego, Idanha e Viseu, tem grande paralelismo com o território do futuro Condado Português; *b)* Os Conventos jurídicos Bracarense, Escalabitano e Pacense, dos Romano-Suevos, prefiguram, *grosso modo*, o actual território português.

Estes factos incontrovertidos, ainda que outras provas não houvesse, bastariam, só por si, para mostrar que Portugal não foi fruto de mero *acaso histórico* mas tinha raízes muito remotas. Juntamente com estes, outros factores administrativos, económicos e religiosos haviam de «contribuir para a definição não só das circunscrições eclesiásticas da Reconquista, mas até das próprias fronteiras de Portugal», (p. 174).

Contribuição para o estudo das origens do Povo Português (1970) é, em certo modo, continuação do trabalho precedente, segundo declara o Autor: «Quando, em 1962, publicámos as nossas *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, tivemos sobretudo em vista o estudo das fronteiras do nosso País, embora não pudéssemos deixar de nos referir também aos povos que, nele se tendo estabelecido, as condicionaram. Mas fizemo-lo muito sumariamente. E por isso entendemos que se impunha uma investigação mais aprofundada sobre esses povos e suas vicissitudes, ampliando o seu estudo até à formação da comunidade portuguesa nos séculos ix e x» (p. 3).

Em quatro densos capítulos estuda os povos do Ocidente da Hispânia: —*a)* antes da dominação romana, — *b)* durante esta, — *c)* sob o domínio dos Suevos e Visigodos, — *e)* na conquista muçulmana e na reconquista cristã, para terminar com o cap. V : «As mais recentes teses sobre a proveniência da população fixada no País em seguida à reconquista cristã».

Nos dois últimos capítulos volta a estudar o controverso problema do deserto estratégico no Norte do País e do seu posterior repovoamento.

mento. Enquanto, porém, no trabalho precedente se tinha afastado da posição rígida do Prof. Sánchez-Albomoz, atendendo aos argumentos apresentados pelos Profs. Pierre David e R. Menéndez Pidal e por nós próprio ²⁵ contra o ermamento em grande escala ²⁶, agora endureceu a sua posição, aceitando integralmente a tese do ermamento que o Prof. Sánchez-Albomoz voltou a defender no seu então recente trabalho — *Despoblación y repoblación del valle del Duero* (Buenos Aires, 1966).

Esta viragem levou o Prof. Torquato de Sousa Soares a tentar invalidar (pp. 129-161) os argumentos com que Pierre David e nós próprio tínhamos rebatido a tese do ilustre medievalista espanhol.

Não é este, evidentemente, o lugar próprio para debater tão intrincado problema, que exigiria longo espaço, incompatível com estas notas. Não podemos, ainda assim, deixar de estranhar que o nosso ilustre Mestre e querido Amigo, dotado como é de um sagaz espírito crítico, aceitasse como inteiramente válida a argumentação do Prof. Sánchez-Albomoz.

É que esta, embora muito densa e *aparentemente irrespondível*, é, em muitos casos, destituída de verdadeiro valor probatório, podendo até levar a conclusões que o seu defensor de modo algum aceita.

Um exemplo apenas — Na opinião do sábio medievalista, um dos documentos mais probatórios do ermamento é o que diz respeito ao repovoamento da região de Chaves, confiado por Afonso III ao conde Odoário, no ano 872. Este foi ocupar aquela região onde, entre outras, se encontrava «unam villam (...) qui est in ripa Limie cum ecclesis de antiquis annis hedificatas, dictas et vocatas Sancte Marie semper Virginis et Domini Genitricis et Sancte Columbe virginis et

²⁵ *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, I, Coimbra, 1959, pp. 139-206, principalmente nas pp. 143-170.

²⁶ «É certo, diz o Prof. Torquato de Sousa Soares, que o Prof. Sánchez-Albomoz tentou invalidar a argumentação do historiador francês (*Pierre David*); mas as objecções, que, em trabalhos muito recentes (Cita em nota *Dos problemas iniciais relativos a los romances hispánicos* de Menéndez Pidal, e o nosso trabalho da nota anterior) o grande mestre de todos nós que é o Prof. Menéndez Pidal e o P.º Avelino de Jesus da Costa apresentaram às suas conclusões, são dignas de nota, tanto mais que podem ainda ser invocados outros argumentos de indiscutível valor» (P. 22).

martiris, *que jacebant in exqualido de ducentis annis aut plus*, ut eam populasset...»²⁷.

Se tomarmos este documento à letra, quando Odoário ocupou a referida vila com as duas igrejas, no ano 872, elas *estavam despovoadas e em ruínas há duzentos anos ou mais*. O seu despovoamento e ruína remontariam, portanto, ao ano 672 ou até a tempo anterior. A ser verdadeiro, este despovoamento era anterior à invasão árabe e, com maioria de razão, ao ermamento promovido por Afonso I das Astúrias em meados do séc. vm.

As alegações a favor do ermamento tiradas da toponímia e da raridade de documentos anteriores ao séc. x estão longe de ter o valor probatório que se lhes atribui. Com efeito, os mais recentes estudos de toponímia têm demonstrado que o número de topónimos anteriores à reconquista é muito maior do que se julgava, por se terem identificado vários topónimos romanos e pré-romanos e por outros de origem germânica serem anteriores e não posteriores à referida reconquista, segundo a actual maneira de ver do principal especialista na matéria, o Prof. J. Maria Piei.

É certo que o número de documentos fidedignos anteriores ao ano 900 é pequeno para o Sul da Galiza e o Norte de Portugal (deve, todavia, atender-se a que alguns se perderam). Se este facto é, por si só, prova de despovoamento em grande escala, então temos de concluir que no resto da Galiza (terras de Lugo e Astúrias) a população era muito diminuta, uma vez que o número de documentos da mesma época a elas referentes é escasso, atendendo à vastidão do respectivo território e a que abrangem um período de quase duzentos anos²⁸.

Se essa população era diminuta, como atribuir a ela o repovoamento de todo o território desde Tui a Coimbra «*nostra fuisset ordinatio ut de Tudense urbe usque Mineo (Emineo) civitatem omnis ipsa extrema a Christi plebe popularetur, sicut Deo jubente completum est*»²⁹ e, para mais, operado no curto espaço de quinze anos?

²⁷ A. López Ferreiro, *História de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, II, Ap. 75, p. 176, parcialmente transcrita por Sánchez-Albomoz, *La des-población*, p. 223, nota 33.

²⁸ Antonio C. Floriano, *Diplomática Española del Periodo Astur (718-910)*, 2 vols., Oviedo, 1949 e 1951, publica apenas 161 documentos, desde 718 a 30 de Dez. de 899, mas incluindo neste número os de Portugal e do Sul da Galiza.

²⁹ Palavras da confirmação que Afonso III fez, a 17 de Agosto de 883, da doação do mosteiro de S. Frutuoso a Compostela. Como o rei diz que o repovoa-

Interpretando este documento à letra, ter-se-ia dado uma autêntica operação-relâmpago, ainda hoje difícil de realizar, não obstante os meios técnicos de que agora dispomos.

Utiliza alguns outros documentos, cujo valor probatório não vai muito além do dos anteriormente referidos, embora por outros motivos.

Por estas e outras razões, a esmagadora e *aparentemente incontestável* argumentação do Prof. Sánchez-Albomoz a favor de um armamento quase total não tem o valor probatório que ele pretendeu dar-lhe. É que há um princípio na Lógica que diz: «*Quod nimis probat nihil probat*».

Por outro lado, a admissão de um armamento em grande escala e durante mais de um século compromete seriamente as conclusões a favor das remotas origens de Portugal a que tinha chegado no anterior trabalho *Reflexões*, como acertadamente já tinha observado o Prof. Charles Verlinden, em 1936, ao apreciar favoravelmente a primeira publicação do nosso homenageado *Apontamentos para o estudo das instituições municipais portuguesas*:

«Il vaut la peine de s'arrêter un instant à ce problème (*o do armamento*) car il est évident que le fait d'admettre ou de rejeter le dépeuplement de la région d'Entre-Douro-et-Minho, dépeuplement qui aurait duré encore, pour certains points, au ^xe siècle, entraîne des conséquences très importantes pour l'étude de toute l'évolution historique de la région. Dans le cas qui nous occupe, accepter l'hypothèse, c'est affirmer l'existence d'une solution de continuité entre la période gothique et celle de la Reconquête. C'est nier la possibilité du maintien jusqu'à celle-ci de l'influence germanique combinée avec celle, bien plus profonde et vivace, des coutumes préromaines. C'est voir dans tout le monde historique qui naît dans le royaume asturo-léonais et dans les complexes politiques qui en dérivent, une création essentiellement nouvelle qui ne doit presque rien aux époques précédentes»³⁰.

Tendo o trabalho em análise sido feito em Sá da Bandeira (Angola), o Autor teve dificuldades que no Continente não encontraria, conforme

mento foi feito por sua ordem e este começou só no ano 868, toda a região ocidental da Península, desde Tui a Coimbra, teria sido povoada no curto espaço de quinze anos. (Vid. A. López Ferreiro, *ob. cit.*, Ap. 15, pp. 29-30; A. C. Floriano, *ob. cit.*, II, p. 145; Sánchez-Albomoz, *La despoblación*, pp. 229-230).

³⁰ Em «*Revue Belge de Philologie et d'Histoire*», XV, p. 1153.

confessa: «Mas nem por isso o pudemos realizar em condições plenamente satisfatórias» (p. 3).

Esperamos, por isso, que o nosso querido Mestre, voltando a analisar a argumentação de Sánchez-Albomoz, retome a sua anterior posição moderada quanto ao despovoamento ³¹, que se deu, sem dúvida, mas não até transformar as terras portuguesas nortenhas em *heremum*, *solitudo* ou *desertus et incultus locus*, como se pretende.

E, para terminar, urnas breves palavras sobre um dos últimos trabalhos do Prof. Torquato de Sousa Soares — *Rui de Azevedo, Diplomata e Historiador* (1976), comunicação feita na Academia Portuguesa da História, a 20 de Junho de 1975, para apreciar a obra do que foi, além de um eminente medievalista, o maior diplomata português de todos os tempos.

O nosso homenageado analisou a obra científica do ilustre historiador, mostrando o seu extraordinário merecimento sobretudo nos campos da Diplomática e da História Medieval Portuguesa, em que bastaria para o imortalizar a publicação dos *Documentos Medievais Portugueses — Particulares e Régios*. E esta análise foi feita com uma objectividade, um rigor científico e um conhecimento da matéria em apreço que só um grande diplomata e historiador era capaz de fazer.

Assim, ao retratar Rui de Azevedo como um ilustre Diplomata e Historiador, o Prof. Torquato de Sousa Soares retratou-se a si mesmo, embora sem o pretender.

P.º AVELINO DE JESUS DA COSTA

³¹ No artigo *Er moment o, O problema do* (em «Dicionário de História de Portugal», dirigido por Joel Serrão) adoptou também uma posição moderada.